

Esta e centenas de outras provas estão disponíveis  
para download em  
[www.acheiconcursos.com.br](http://www.acheiconcursos.com.br)

Confira também nossas AULAS, APOSTILAS e  
SIMULADOS específicos para o  
concurso público de sua preferência

Polícia Federal, Receita Federal, INSS, IBAMA, Ministérios Públicos, Tribunais de  
Justiça, Saúde, Prefeituras Municipais e muitos outros concursos têm um material de  
estudo já todo pronto para você aqui.

Visite-nos e coloque nosso site em seus FAVORITOS.

# SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 3/2/2002

## CARGO: CONSULTOR LEGISLATIVO

### ÁREA 2 – COMUNICAÇÕES E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nas questões de 51 a 80, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna C; itens **ERRADOS** na coluna E. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implicará anulação ao candidato. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 51

A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional n.º 203/1995 (PEC), em primeiro turno, no dia 11/12/2001, representou a queda da primeira grande barreira para abrir o mercado de mídia a investidores nacionais e estrangeiros. Enquanto a PEC não chega ao Senado e às mãos do presidente da República para ser sancionada — os deputados só voltam do recesso parlamentar em 18/2/2002 —, os olheiros do mercado já começam a prospectar possíveis investidores.

Desde dezembro, circulam notícias dando conta de que grandes bancos estrangeiros e consultorias internacionais estariam avaliando a saúde financeira das principais empresas do setor e preparando minuciosos dossiês para orientar possíveis investidores. “Acordos já estão sendo costurados e existem muitas intenções de compra. A tendência é de que os grandes *players* sejam os mais procurados”, afirma o consultor da Singular Arquitetura de Mídia, Geraldo Leite. Para ele, expressivos investimentos poderão vir de empresas regionais nas mídias locais.

Robert Galbraith. *Caça aos investidores*. In: *Meio e Mensagem*, 14/1/2002 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens a seguir, relativos à PEC.

- ❶ A PEC abre ao capital estrangeiro a participação de até 51% na composição acionária das empresas brasileiras de comunicação — jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão.
- ❷ A PEC modifica o artigo 222 da Constituição da República, que afirma que a propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e sua orientação intelectual.
- ❸ Um dos dispositivos da PEC permite que pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país adquiram até 51% das ações de empresas de mídia, o que permite a ampliação do setor para os grupos de investidores nacionais.
- ❹ A PEC assegura que a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada pela mídia sejam privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação.
- ❺ A entrada efetiva de capital externo dependerá de regulamentação de lei ordinária, de acordo com a redação da PEC.

### QUESTÃO 52

No que concerne à Comunicação Social no contexto constitucional, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Apesar de a Constituição da República assegurar a instituição do Conselho de Comunicação Social, sua instalação depende de lei específica, que tramita há vários anos no Congresso Nacional, sem ter sido aprovada até hoje.
- ❷ Para que a oposição votasse favoravelmente à PEC que concerne ao capital estrangeiro, a base governista precisou fazer algumas concessões. Na última hora, entretanto, uma manobra dos deputados da bancada oposicionista possibilitou a inserção, no texto da proposta, de um item que garante que o Conselho de Comunicação Social seja instalado no prazo de até um ano após a aprovação da PEC.
- ❸ A Constituição da República assegura a livre manifestação do pensamento e da informação sob qualquer forma, processo ou veículo, não podendo nenhuma lei contrapor-se à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo. O texto constitucional só prevê restrição à liberdade de imprensa, rádio e televisão em caso de estado de sítio.
- ❹ Acerca da regulamentação do Conselho de Comunicação Social, pode-se apontar, como uma das questões mais polêmicas, a representação proporcional e balanceada de todos os setores envolvidos, como as entidades de classe, as entidades profissionais e as acadêmicas.
- ❺ Segundo a Constituição da República, nenhuma lei pode contrapor-se à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo. No entanto, o texto constitucional também ressalva a necessidade de se atender às qualificações profissionais estabelecidas em lei para o exercício das profissões.

### QUESTÃO 53

No que se refere à radiodifusão e à TV por assinatura, julgue os itens abaixo.

- ❶ A TV Cultura de São Paulo é uma emissora de televisão pública, pertencente ao governo do estado de São Paulo.
- ❷ A rádio comunitária é um tipo especial de emissora de rádio FM, de alcance limitado a, no máximo, 1 km a partir de sua antena transmissora, criada para proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades.
- ❸ Uma rádio comunitária não pode ter fins lucrativos e, por isso, não pode veicular publicidade comercial, sendo permitidas apenas propagandas de cunho político, religioso ou de interesse da comunidade, como as propagandas de campanhas de saúde, antidrogas e educativas.
- ❹ O denominado canal de acesso público — um ou mais canais que o operador deve reservar para a veiculação de programas produzidos pela própria comunidade — não foi aprovado na tramitação da Lei do Cabo.
- ❺ Os debates e enfrentamentos acerca de radiodifusão apenas reproduzem a eterna polarização em torno do tema: de um lado, os que são favoráveis ao que consideram a modernização do setor, entendida como capitalização dos veículos, capacidade competitiva e aprimoramento tecnológico, e, de outro lado, os que são contra a abertura do capital, porque a consideram perda da autonomia cultural e oportunidade para manipulação da opinião pública e para omissão de informação em prol de interesses internacionais.

**QUESTÃO 54**

Tramitam pela Câmara e pelo Senado cerca de 300 projetos de lei versando sobre os mais variados temas — da Lei de Imprensa à regulamentação do comércio eletrônico, passando por todos os tipos de mídia e, é claro, pela propaganda — que afetam, em maior ou menor grau, agências, anunciantes e veículos. Essa fúria legislativa não é nova, garante quem acompanha há mais tempo o trabalho dos parlamentares em Brasília, mas tem aumentado nos últimos anos, a partir da redemocratização do País e do aumento do número de deputados e senadores.

Eliane Pereira e Robert Galbraith. *Enxurrada de propostas. In: Meio e Mensagem on line*, n.º 991, 14/1/2002 (com adaptações).

Considerando o texto acima e as mudanças que atingem todo o setor de comunicação no Brasil, julgue os itens seguintes.

- ❶ O projeto de Lei Postal que está tramitando no Congresso Nacional propõe a criação de uma Agência Nacional de Serviços de Correios, de uma empresa de economia mista, a Correios do Brasil S.A., e a manutenção da ECT, na condição de empresa pública que deterá a exclusividade dos serviços de correios utilizados pelo setor público.
- ❷ De acordo com um dos itens da proposta de Lei Postal, caberá à Agência Nacional de Serviços de Correios regular e fiscalizar os operadores privados; o operador público não é citado na proposta, o que deixa, portanto, a ECT fora da regulamentação e da fiscalização da Agência.
- ❸ A reformulação completa do setor cinematográfico no Brasil foi proposta por meio de uma única Medida Provisória, a de n.º 2.228-1, de setembro de 2001, que estabeleceu a Política Nacional do Cinema, criou o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema (ANCINE), instituiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional (PRODECINE), autorizou a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINES) e alterou a legislação acerca da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.
- ❹ No Congresso Nacional, tramitam quase duas centenas de projetos que envolvem rádio e televisão. Entre eles, incomodam os empresários do setor os projetos que pretendem regular a propaganda comercial e os que reivindicam tempo gratuito nas emissoras.
- ❺ Uma das críticas mais frequentes à Lei Postal é a de que ela restabelece o monopólio dos correios, quebrado pela Constituição de 1988, e ainda amplia sua área de atuação, do comércio eletrônico às exportações.

**QUESTÃO 55**

Em relação à política de radiodifusão, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O projeto de Lei de Radiodifusão, apesar de ter recebido apoio de parlamentares da bancada governista e da oposição, foi alvo de severas críticas de diversas entidades, que condenavam a excessiva interferência da nova legislação no conteúdo da programação das emissoras.
- ❷ O limite para as concessões de emissoras de televisão e rádio para um mesmo grupo — cinco emissoras de televisão e até 5% das rádios — estabelecido no projeto da Lei de Radiodifusão vem despertando a crítica do empresariado, que tentou, mediante pressão política junto ao Congresso Nacional, impedir a aprovação do projeto de lei.
- ❸ A participação do capital estrangeiro nas transmissões de TV a cabo continua sendo uma batalha dos operadores dessa tecnologia, no âmbito do Congresso Nacional, onde tramita um projeto de lei que visa alterar o limite de participação do capital estrangeiro estabelecido na Lei do Cabo.
- ❹ As atividades das emissoras educativas no Brasil estão reguladas no Decreto-lei n.º 2.367/1967, que estabelece a diferença entre televisão educativa pública, independente do governo, e a televisão educativa estatal, dependente do governo.
- ❺ Se aprovada a alteração no limite da participação do capital estrangeiro na Lei do Cabo, os operadores de televisão paga, tanto via cabo quanto MMDS e DTH, poderão abrir o capital e associar-se a empresas estrangeiras.

**QUESTÃO 56**

Considerando as novas tecnologias e os serviços de telecomunicação, julgue os itens a seguir.

- ❶ A adoção do modelo europeu de televisão digital, finalmente decidida, em dezembro último, pelo Ministério das Comunicações, foi objeto de surda e acirrada disputa econômica e comercial, inclusive em fóruns internacionais, como a União Internacional de Telecomunicações (UIT), pois o mercado brasileiro é considerado um dos maiores negócios em todo o mundo na área de telecomunicações.
- ❷ Em dezembro de 2001, foi aprovada a lei que tornou obrigatória a instalação, nos aparelhos de televisão, de dispositivo eletrônico que permite que os pais efetuem o bloqueio temporário de programas por eles considerados inadequados a seus filhos.
- ❸ A estruturação de rádio e televisão na Câmara e no Senado só foi possível após aprovação de projeto de lei complementar modificando artigos do Código Brasileiro de Telecomunicações que proibiam a propriedade de rádio e televisão por parte dos poderes legislativo e judiciário.
- ❹ Rádio Cidadã é toda emissora que, independentemente de tamanho, qualidade ou situação financeira, designe parte do seu espaço para tratar de questões de cidadania, saúde, meio-ambiente e educação.
- ❺ O Brasil foi o primeiro país da América Latina a criar uma instância específica para tratar das questões afeitas à gestão das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, o Conselho de Gestão de Novas Tecnologias, um grupo *ad hoc*, formado em 1998, para atuar junto ao Ministério da Ciência e da Tecnologia.

**QUESTÃO 57**

Considerando a história da comunicação no Brasil, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Em 1934, Getúlio Vargas nomeou para diretor do departamento de propaganda e difusão cultural Lourival Fontes que instituiu o programa “A voz do Brasil”. A partir da instalação do Estado-Novo, Getúlio Vargas utilizou o rádio como forma de chegar até o povo por meio de discursos que começavam com a chamada “trabalha-do-res do Bra-sil”, padrão que o próprio copiou no programa de César Ladeira “a-e-i-o-Urca”.
- ❷ Em 1962, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, expropriou a Companhia Telefônica Nacional (CTN), que atuava no estado, pelo seu valor histórico, o que provocou sério conflito diplomático entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA).
- ❸ A telefonia consolidou-se como negócio, nos primeiros anos do século XX, quando a radiofonia não era considerada, pelas comunidades empresariais, um meio de comunicação confiável, pois as emissões dispersavam-se na atmosfera e eram facilmente detectadas.
- ❹ A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 1923, no âmbito do Ministério da Educação, por Roquette Pinto, tinha uma programação voltada para temas educativos. Posteriormente, em 1936, foi transformada na Rádio MEC.
- ❺ A Conferência Geral da UNESCO realizada em 1976, em Nairóbi, converteu-se em uma disputa entre os EUA e os países do terceiro mundo. Estes reivindicavam uma nova ordem informativa internacional, que foi negada no âmbito da conferência.

**QUESTÃO 58**

Pluralidade, competição e convergência são temas da maior importância para os reguladores do setor de radiodifusão, pelo que mostraram os palestrantes do Seminário Internacional de Radiodifusão, realizado pelo Ministério das Comunicações na semana passada.

O Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, acompanhou as apresentações de representantes dos EUA, Reino Unido, Itália e França, e tomou notas sobre os modelos de radiodifusão apresentados. Ao final do seminário, destacou os mecanismos sobre monitoração do conteúdo, apresentados pelos palestrantes.

Renato Cruz. **Anteprojeto não impede a concentração.** Internet: <www.estadão.com.br>. Acesso em 13/10/2001 (com adaptações).

Considerando as informações do texto acima e as políticas de comunicação de outros países, julgue os itens seguintes.

- ❶ Os limites à concentração de propriedades são comuns em toda a Europa e, atualmente, mais de 50% das regras de radiodifusão são determinadas pelas diretrizes da Comunidade Européia.
- ❷ Na Itália, a chamada propriedade cruzada dos meios de comunicação não é objeto de legislação ou norma. Isso possibilita que o primeiro-ministro Silvio Berlusconi, tendo sob sua administração a Rede de Televisão Italiana (RAI), seja também um empresário do ramo de comunicação.
- ❸ Nos EUA, a tendência tem sido diminuir a regulamentação excessiva sobre os veículos de comunicação. A *Federal Communications Commission* (FCC) eliminou não só as restrições nacionais e regionais para concentração de propriedade no setor de rádio e TV, mas também as relativas à participação de capital estrangeiro no mercado de comunicações dos EUA.
- ❹ O governo britânico conseguiu limitar as operações da *Sky*, empresa de Rupert Murdoch, no Reino Unido, que foi obrigada a abrir mão de parte das emissoras de TV por assinatura que possuía naquele país.
- ❺ Na Grã-Bretanha, o sistema de televisão fundamenta-se no conceito do chamado *public service broadcasting* (rádio e televisão como serviços públicos), articulando-se em torno do ideal normativo do espaço público.

**QUESTÃO 59**

Julgue os itens abaixo, a respeito do novo paradigma para as transações comerciais, surgido a partir da experiência adquirida com os negócios eletrônicos.

- ❶ As empresas, em qualquer parte do mundo, podem negociar via Internet, sujeitas exclusivamente às normas do direito internacional.
- ❷ Em condições normais, a inexistência de contratos formais prévios e explícitos para comercialização eletrônica constitui infração às normas de propriedade intelectual.
- ❸ A validade dos motivos e compromissos expressos nos contratos comerciais independe de forma especial ou particular, a menos quando a lei expressamente o exigir. A manifestação da vontade nos contratos de comercialização eletrônica pode ser entendida de forma tácita.
- ❹ Os contratos de comércio eletrônico devem ser normalmente regulados pelos princípios tradicionais, que devem ser neutros do ponto de vista tecnológico.
- ❺ A utilização de uma assinatura digital criptografada descarta a probabilidade de um mal funcionamento ou de falha de segurança. A falsificação de uma assinatura eletrônica é de probabilidade extremamente remota e sempre inferior ao risco de falsificação de uma assinatura tradicional ou de um documento escrito.

**QUESTÃO 60**

As empresas do setor de informática que investirem em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) terão direito a redução do imposto sobre produtos industrializados (IPI). Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- ❶ A redução do IPI será aplicável para investimentos em tecnologia da informação, sendo parcialmente empregada na implementação de projetos de P&D realizados por entidades de ensino, centros ou institutos de P&D credenciados para esse fim.
- ❷ Para o cálculo da redução do IPI, será adotado um percentual constante até 31 de dezembro de 2009, incidente sobre o lucro líquido anual das empresas de informática.
- ❸ A redução de IPI inclui a aquisição de matérias-primas e os custos de produção de embalagens empregados na industrialização dos bens incentivados.
- ❹ Caso os investimentos em P&D não atinjam o percentual previsto no projeto para um determinado exercício fiscal, o residual será corrigido em 12%, a ser diretamente aplicado pela empresa no ano seguinte.
- ❺ A diferenciação das alíquotas de redução do IPI se aplica para empresas atuantes na Zona Franca de Manaus.

**QUESTÃO 61**

O registro de nome de domínio é uma forma de orientação de consumidores na Internet. Os nomes escolhidos pelas empresas visam facilitar a identificação de endereços e negócios e a sua memorização. Em julho de 1998, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), empreendeu um amplo processo de consultas de amplitude internacional relativo a nomes de domínios na Internet. O propósito da consulta foi o de formular recomendações à corporação criada para administrar o sistema de nomes de domínio: Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN). Em 24 de outubro de 1999, a ICANN aprovou uma política uniforme para a solução de controvérsias em matéria de nomes de domínios.

Julgue os itens que se seguem, a respeito das decisões e recomendações da ICANN.

- ❶ Foi adotado um procedimento administrativo abrangente para todos os registros, antes de aprová-los.
- ❷ O processo administrativo é admitido apenas quando o nome de domínio, embora registrado, esteja sendo usado de má-fé.
- ❸ Criou-se um instrumento de proteção de marcas famosas.
- ❹ O registro de nome de domínio não precisa guardar relação com o propósito da empresa, mas deve servir para identificar a origem dos produtos.
- ❺ O procedimento uniforme se aplica obrigatoriamente ao registro de domínios genéricos (com, net, org).

**QUESTÃO 62**

Considerando o sigilo e a segurança nos serviços de comunicação, julgue os itens seguintes à luz das garantias individuais previstas na Constituição da República.

- ❶ Todos têm direito a intimidade e a vida privada, sendo, em qualquer hipótese, inviolável o sigilo das comunicações de dados.
- ❷ Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, que deverão ser prontamente prestadas, sem ressalvas, no ato da solicitação.
- ❸ Dados individuais somente podem ser recolhidos com consentimento explícito.
- ❹ A proteção de dados que eventualmente possam discriminar indivíduos não está prevista.
- ❺ Referidas garantias prevêm a proteção de direitos autorais nas comunicações de dados, em relação à qual existe consenso internacional.

**QUESTÃO 63**

O programa de aquisição de computadores a ser implementado pelo Ministério da Educação, com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), gerou recentemente enorme controvérsia, conforme amplamente divulgado pela mídia, porque

- ❶ não houve consulta aos secretários de educação dos estados.
- ❷ somente um fornecedor de equipamentos seria beneficiado.
- ❸ alegava-se haver dificuldades em proporcionar assistência técnica por parte de alguns fornecedores dos sistemas operacionais permitidos (de código aberto).
- ❹ a escolha de somente um sistema operacional beneficiaria apenas um fornecedor.
- ❺ havia, em relação ao sistema operacional escolhido, outros de bom desempenho técnico que poderiam ter sido incluídos no programa de aquisição.

**QUESTÃO 64**

Diferentes autores apresentam o conceito de informação sob visões distintas. Entretanto, é consensual o reconhecimento de que informação é o que possibilita reduzir incertezas sobre algo. Julgue os itens abaixo, acerca das idéias associadas ao conceito de informação, de acordo com as diferentes interpretações encontradas na literatura.

- ❶ Segundo F. Capra, “Informação é a diferença que faz diferença”. Isso significa que a informação depende de um agente receptor específico e supõe a comunicação ou revelação de dados que a ele interessem.
- ❷ Segundo I. Epstein, “informação é conhecimento que adquire significado apenas em um dado contexto”. Portanto, não se trata de um conhecimento qualquer.
- ❸ A informação gera conhecimento novo. Portanto toda ela, resulta de atividades de pesquisa, cujo papel é o de reduzir incertezas sobre o objeto sob investigação, a partir de dados novos.
- ❹ A informação sempre é gerada quando há transmissão de sinais.
- ❺ Sabendo que, na física quântica, o princípio da incerteza de Heisenberg estabelece que não se pode medir a velocidade e a posição das partículas subatômicas, simultaneamente, com exata precisão, então pode-se concluir que as observações quânticas não geram informação.

**QUESTÃO 65**

Os negócios eletrônicos geram direitos e obrigações, não só para as partes contratantes, mas também para terceiros que de alguma forma a eles se vinculem. Os empresários devem obter garantias de que os direitos disponibilizados lhes pertencem do ponto de vista patrimonial e serão utilizados dentro dos limites ajustados. A identificação das obras, a determinação dos direitos e a supervisão da utilização de obras protegidas por direitos de propriedade constitui tarefa complexa e custosa, particularmente no âmbito internacional. A Lei n.º 9.610, de 1998, ao tratar da proteção dos direitos autorais, especifica também o que não constitui ofensa a tais direitos. Desde 1994, a OMPI vem explorando a possibilidade de estabelecer sistemas de gestão de direitos em rede. A partir de 1998, o comitê assessor responsável pela gestão dos direitos autorais das redes mundiais de informação vem cuidando dessas questões. Ainda que no âmbito do direito autoral não se tenha elaborado um conjunto universal de normas para o sistema de gestão eletrônica, dois tratados, o da OMPI e o Tratado Mundial de Direito Autoral (WCT), introduziram obrigações com respeito à integridade dos sistemas de informação perante a gestão eletrônica de direitos, que, além da dificuldade de interoperabilidade entre as redes nacionais e da inexistência de um sistema de direitos autorais dotado de bases de dados contendo obras digitais, enfrenta outros obstáculos que envolvem a proteção de direitos de difícil implementação e que transcendem as questões tecnológicas. Na inexistência de uma legislação específica e de um sistema eficaz de gestão eletrônica de direitos, os usos e costumes desempenharão papel primordial e, nessa medida, a prática dos negócios celebrados pela Internet há de ser considerada pelos juízes quando da apresentação das provas, tal como ocorreu no caso dos cartões de crédito.

Com o auxílio do texto acima, julgue os itens a seguir.

- ❶ É quase nula a possibilidade de o direito de propriedade intelectual proteger outros direitos.
- ❷ Contra os crimes de direito à propriedade pode-se invocar a prática de concorrência desleal.
- ❸ Devido à velocidade em que os negócios se processam via Internet, os protagonistas são normalmente eximidos de algumas obrigações exigidas em outras formas de comercialização.
- ❹ No Brasil, a ação direta do consumidor ou usuário contra o fornecedor independe da indagação de culpa, sendo invertido o ônus da prova.
- ❺ Há consenso internacional quanto às medidas a serem adotadas para proteger os direitos à intimidade e à vida privada.

**QUESTÃO 66**

Julgue os seguintes itens, com respeito à relação entre a quantidade de informação e o conceito de complexidade de um sistema.

- ❶ A introdução de redundância aumenta a entropia do sistema e, portanto, o desorganiza.
- ❷ A presença de ruído diminui a complexidade de um sistema.
- ❸ A presença de ruído pode dar origem a um processo de auto-organização.
- ❹ O ruído tende a diminuir a capacidade de reduzir incertezas e, portanto, diminui a quantidade de informação que pode ser transmitida em um meio de comunicação.
- ❺ Quanto maior a quantidade média de informação que um sistema pode trocar com seu ambiente, maior a sua complexidade.

**QUESTÃO 67**

A Emenda Constitucional n.º 8, de 15/8/1995, alterou o inciso XI e a alínea a do inciso XII do art. 21 da Constituição da República de 1988, que passaram a ter a seguinte redação:

**Art. 21.** Compete à União:

(...)

XI – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

(...)

Considerando as informações acima, julgue os itens que se seguem, relativos ao processo de privatização do setor de telecomunicações no Brasil.

- ❶ A possibilidade de exploração dos serviços de telecomunicações pela iniciativa privada, introduzida no texto constitucional brasileiro, ficou conhecida como flexibilização ou abertura do mercado de telecomunicações, não existindo precedente na história desse setor no âmbito da América Latina.
- ❷ A Lei n.º 9.295/1996 — Lei Mínima — estabeleceu as condições para o início do processo de abertura da exploração do serviço móvel celular, entre outros serviços de telecomunicações.
- ❸ A efetiva outorga de novos prestadores do serviço móvel celular, além das tradicionais operadoras do sistema TELEBRÁS, só ocorreu após a criação do órgão regulador das telecomunicações no Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).
- ❹ A privatização das operadoras do sistema TELEBRÁS foi antecedida pela criação de empresas subsidiárias que assumiram a exploração do serviço móvel celular, o que permitiu maior flexibilidade na composição das áreas de outorga de serviços e, conseqüentemente, ganhos para o processo de privatização brasileiro.
- ❺ A exploração, no território nacional, de serviços de telecomunicações por meio de satélite que não ocupe posição orbital notificada pelo Brasil independe de outorga.

**Texto CE-I – questões 68 e 69****Mercado sem controle**

Para o diretor da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), reguladoras podem se tornar instrumento de *lobby*. Regular mercado é diferente de criar agências.

O economista Darryl Biggar, da divisão de regulação da concorrência da OCDE, com sede em Paris, diz que as agências reguladoras não são panacéias que resolvem todos os problemas dos setores para os quais são criadas. Ele lembra que existem condições específicas para que seja aconselhável a criação de uma agência e que, sujeitas aos mais diversos tipos de pressão, elas próprias podem transformar-se em instrumento de *lobby* das empresas que deveriam “vigiar”. Em muitos casos, diz o economista, regular não significa necessariamente criar uma agência. Mas ele faz uma ressalva. Quando decisões governamentais arbitrárias podem comprometer os investimentos em um setor, é aconselhável criar agências independentes e que podem proteger os interesses dos investidores.

Marcelo Billi. “Dinheiro”. *In: Folha de São Paulo*. 6/1/2002 (com adaptações).

**QUESTÃO 68**

Considerando o texto CE-I e com base na legislação brasileira específica, julgue os itens abaixo.

- ❶ No texto, defende-se a idéia que o foco da atuação de um órgão regulador deve ser a defesa dos interesses do consumidor, com independência das decisões governamentais e sem a subserviência às pressões e ao *lobby* das empresas reguladas.
- ❷ A independência regulatória mencionada no texto foi legalmente conferida à ANATEL, que, apesar de vinculada ao Ministério das Comunicações, constitui autarquia especial caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo, estabilidade de dirigentes e autonomia financeira.
- ❸ Apesar da independência administrativa, a ANATEL deve observar, na formulação das políticas em nome do Poder Executivo, as políticas estabelecidas apenas pelo Poder Legislativo.
- ❹ Entre outros dispositivos legais que visam minimizar os efeitos dos diferentes tipos de pressão ou *lobby* exercidos sobre a ANATEL, destacam-se o processo de decisão colegiada por maioria absoluta de um conselho diretor formado por cinco conselheiros, a submissão das minutas de atos normativos a processo de consulta pública e a publicidade dos atos e decisões, bem como dos motivos que os justifiquem.
- ❺ Entre os fatores que permitem o aperfeiçoamento das relações de mercado, enquanto fatores de neutralização de pressão ou de *lobby* do segmento prestador de serviços, e de redução dos efeitos de decisões governamentais arbitrárias, destacam-se a pluralidade de prestadoras, a diversidade na oferta de serviços de telecomunicações e o pleno exercício dos direitos do usuário.

**QUESTÃO 69**

Considerando ainda o texto CE-I e com base nos termos da legislação brasileira específica, julgue os itens abaixo.

- ❶ Com base nas posições defendidas pelo texto, a instrumentação da ANATEL, visando à solução de todo e qualquer tipo de problema do usuário de serviços de telecomunicações, representa esforço essencial para a boa regulação do setor de telecomunicações.
- ❷ A proteção dos interesses dos investidores defendida no texto constitui um dos deveres da ANATEL previstos na Lei n.º 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações).
- ❸ Excluindo-se a fiscalização referente aos serviços de telecomunicações de sua competência, é facultada à ANATEL a contratação de serviços de terceiros no desempenho de suas atividades.
- ❹ Além do conselho diretor, seu órgão máximo, a ANATEL conta com um conselho consultivo, uma procuradoria, uma corregedoria, uma biblioteca e uma ouvidoria, além de outras unidades especializadas, tais como superintendências e assessorias.
- ❺ Acerca da competição na prestação dos serviços de telecomunicações, cabe à ANATEL compor administrativamente conflitos de interesses entre prestadoras de serviços, cabendo ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) exercer todas as competências legais em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica cometidas pelas mesmas prestadoras.

### Telefonia no Brasil viverá período de consolidação

O presidente da ANATEL, Renato Navarro Guerreiro, acredita que, nos próximos dias, o texto referente às normas que serão a base dos contratos para as empresas candidatas a oferecer novos serviços de telefonia fixa no país será publicado. E aposta no início real da concorrência na telefonia fixa com a ampliação da atuação das atuais operadoras e com a entrada de seis novos investidores. Todos, porém, já atuam no país no segmento de telecomunicação corporativa.

Entre as operadoras, por enquanto, quatro enviaram à ANATEL os documentos que informam a antecipação das metas de universalização de 2003, passaporte para reivindicarem licença para atuar fora das atuais áreas de concessão oferecendo tanto telefonia fixa local como longa distância.

Guerreiro disse que o desafio em 2002 será o cuidado no processo de consolidação das empresas, que “precisa ser acompanhado com cuidado para manter a competição, não permitindo a formação de cartéis e oligopólios”. Mas o órgão regulador estará voltado também para o futuro, uma vez que os contratos de concessão expiram em 2005. “O primeiro passo será termos uma noção muito clara do cenário das telecomunicações no futuro. O mesmo trabalho que fizemos em 1996, desenhando um cenário até 2005. Agora, vamos começar a fazer para até 2010. Iremos revisar todos os conceitos de serviços de telecomunicações. Mas é certo que vai haver obrigações de universalização no futuro. Diferentes das atuais, como a exigência de instalar um telefone público ou disponibilizar uma linha em determinado prazo. Vamos precisar desenhar como serão os serviços e entender meios para fixar um plano de metas”.

O fato de quatro empresas já terem informado que anteciparam as metas, de acordo com Guerreiro, não significa que terão logo a licença, mas tampouco é intenção da ANATEL negar a concessão de novas áreas de atuação: “Equipes de fiscais da ANATEL estão em campo e auditores independentes vêm realizando as verificações e realimentando as empresas com informações do que não foi cumprido. Não há na ANATEL nenhum interesse em cancelar nada; a idéia é alavancar o processo e ir emitindo as licenças para as operadoras que forem sendo liberadas”.

Para quem pensa que vêm por aí leilões com lances de milhões de reais, convém esclarecer que o processo de abertura do mercado é diferente do de privatização. “O valor da licença não é importante”, disse Guerreiro, deixando claro que a proposta é estimular a concorrência e que o valor de uma licença não está definido. No universo atual em que os recursos para o setor estão mais difíceis, Guerreiro está otimista com a venda de licenças nas faixas de frequência das bandas D e E, na telefonia celular: “As áreas foram todas picotadas”. Isso facilita a venda. “Haverá algumas vendidas, outras não”, finalizou.

Heloisa Magalhães. “Finanças”. In: **Valor**, 9/1/2002 (com adaptações).

### QUESTÃO 70

Considerando o texto CE-II e com base na regulamentação brasileira de telecomunicações e em especial no Plano Geral de Outorgas (PGO), julgue os itens a seguir.

- ❶ O texto trata da consolidação do modelo competitivo da telefonia brasileira enfatizando a emissão de novas licenças para a prestação do serviço telefônico fixo comutado.
- ❷ A ampliação da competição na telefonia fixa já estava prevista no PGO, aprovado em 1998, que estabeleceu as áreas de outorga para a prestação de serviço telefônico fixo comutado, determinou a autorização de empresas-espelho para competição com as concessionárias oriundas do sistema TELEBRÁS e permitiu a entrada de novos prestadores a partir de 31/12/2001.
- ❸ O número de novas licenças do serviço telefônico fixo comutado (STFC) a serem expedidas pela ANATEL, em cada uma das regiões de outorga, está limitado a seis pelo PGO.
- ❹ A antecipação do cumprimento das metas de universalização previstas para o final de 2003, como condição de obtenção, já em 2002, de novas autorizações por parte das atuais concessionárias do serviço telefônico fixo comutado, é uma condição prevista no PGO.
- ❺ Independentemente da antecipação do cumprimento das metas de universalização, é vedada a fusão, a incorporação ou a coligação entre as concessionárias do STFC de regiões distintas do PGO.

### QUESTÃO 71

Considerando ainda o texto CE-II e com base na legislação brasileira de telecomunicações, julgue os itens subsequentes.

- ❶ A prestação de serviços de telecomunicações, no Brasil, pode ser dada no regime jurídico público, mediante concessão ou permissão, e no regime jurídico privado.
- ❷ O serviço telefônico fixo comutado e o serviço móvel celular são os únicos serviços de telecomunicações explorados concomitantemente nos regimes público e privado.
- ❸ Reversibilidade dos bens empregados na execução de serviços é característica comum aos serviços explorados tanto no regime público quanto no regime privado.
- ❹ Comportam prestação no regime público as modalidades de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, cuja existência, universalização e continuidade a própria União comprometa-se a assegurar, como é o caso do serviço telefônico fixo comutado na modalidade local.
- ❺ A empresa Intelig é uma prestadora de serviços de telecomunicações em regime privado, detentora de autorização para exploração do serviço telefônico fixo comutado, classificação esta que se aplicará às empresas que vierem a ser licenciadas para prestar serviços de telefonia.

**QUESTÃO 72**

Julgue os itens que se seguem, com base na regulamentação brasileira de telecomunicações e considerando o texto CE-II.

- ❶ As metas de universalização, mencionadas no texto, estão contidas no Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), que prevê metas para a gradativa universalização do STFC, a serem cumpridas tanto pelas prestadoras em regime público quanto pelas prestadoras em regime privado.
- ❷ O PGMU estabelece metas para a instalação de acessos telefônicos de uso individual e coletivo, em todas as unidades da Federação, sendo os custos relacionados ao seu cumprimento suportados exclusivamente pelas concessionárias do STFC responsáveis pelo atendimento.
- ❸ O PGMU assegura, desde 31/12/2001, a disponibilidade de acesso a telefone de uso público a distância não superior a 300 m de qualquer ponto dentro de localidade que já disponha de acessos individuais.
- ❹ Está assegurado no PGMU, desde 31/12/2001, que a concessionária telefônica de localidade que possua o serviço telefônico fixo comutado deverá atender às solicitações de instalação de acessos individuais em prazo não superior a quatro semanas e, no caso de antecipação da meta prevista para 31/12/2003, em prazo não superior a duas semanas.
- ❺ Considerando-se que o Brasil superou a marca dos 45 milhões de acessos telefônicos fixos do tipo individual e dos 1,3 milhões de acessos telefônicos do tipo coletivo, pode-se concluir que o período de transição para a plena competição, iniciado com a privatização das empresas do sistema TELEBRÁS, associado ao mecanismo de premiação das concessionárias, pela eventual antecipação de metas de universalização, foi decisivo para o sucesso da universalização do serviço telefônico fixo comutado no território nacional.

**QUESTÃO 73**

Ainda considerando o texto CE-II e com base na legislação brasileira de telecomunicações, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O licenciamento, já em 2002, das novas prestadoras da telefonia fixa depende, da realização de procedimentos licitatórios a serem conduzidos pela ANATEL, a quem cabe definir o valor mínimo dos lances a serem pagos e as demais condições a serem preenchidas pelo vencedor.
- ❷ Considerando que os contratos de concessão de telefonia fixa expiram em 2005, a ANATEL poderá prorrogá-los uma única vez, por até vinte anos, com as atuais detentoras, desde que estas cumpram as condições da concessão e que, dentro da antecedência legalmente exigida, manifestem expresse interesse na prorrogação.
- ❸ Uma eventual prorrogação de contrato de concessão pode implicar a inclusão de novos condicionamentos, tais como as futuras obrigações de universalização, mas não podem implicar qualquer tipo de pagamento pelas concessionárias.
- ❹ Considerando que os contratos de concessão da telefonia fixa expiram em 2005 e supondo que a ANATEL tenha que outorgar novas concessões, esta deverá fazê-lo mediante licitação, a menos que, com base em procedimento administrativo, considere-se a disputa desnecessária ou inviável e, conseqüentemente, conclua-se pela inexigibilidade da licitação.
- ❺ No caso do serviço móvel celular, é expedida autorização de uso de radiofrequência, que representa ato administrativo vinculado, associado à concessão, permissão ou autorização para exploração do serviço de telecomunicações, o que não se aplica ao serviço telefônico fixo comutado.

**QUESTÃO 74**

Considerando o texto CE-II e o disposto na LGT, em especial a definição de que telecomunicação é a transmissão, emissão ou recepção — por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético — de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, julgue os itens a seguir, com base na legislação pertinente.

- ❶ As modalidades de serviços de telecomunicações são definidas pela ANATEL em função de atributos técnicos e objetivos, sendo a diferenciação entre o serviço telefônico fixo e o serviço móvel essencialmente fundamentada nos atributos meio de transmissão utilizado e tecnologia empregada.
- ❷ A revisão de conceitos mencionada no texto deve considerar os efeitos da convergência tecnológica que já vem ocorrendo na indústria de telecomunicações e que representa a tendência de unificação das tecnologias empregadas tanto no acesso às redes de telecomunicações quanto no transporte dos sinais das informações.
- ❸ A convergência tecnológica pode comprometer os principais atributos de diferenciação e classificação dos serviços de telecomunicações e, ainda, reduzir a diversidade de opções disponíveis para o usuário, consistindo em ameaça para a regulação dos serviços de telecomunicações em âmbito global.
- ❹ Para a fixação das futuras obrigações de universalização, deverá ser considerada a relevância do acesso aos serviços de redes digitais de informações, tais como a Internet.
- ❺ A avaliação dos cenários possíveis para o setor de telecomunicações poderá acarretar uma reorganização das superintendências da ANATEL, que deverão orientar-se funcionalmente para valores como universalização, competição e qualidade, o que depende de alteração na LGT.

**QUESTÃO 75**

A abertura do mercado de telecomunicações brasileiro pressupõe o emprego de recursos oriundos de diferentes fundos, essenciais à gestão e ao desenvolvimento das telecomunicações no Brasil. Acerca desse tema, julgue os itens a seguir.

- ❶ Os fundos mencionados foram criados após a sanção da LGT e referem-se à fiscalização das telecomunicações (FISTEL), à universalização dos serviços de telecomunicações (FUST) e ao desenvolvimento tecnológico das telecomunicações (FUNTTEL).
- ❷ Entre os fundos mencionados, apenas o FISTEL independe do nível de atividade do setor de telecomunicações, pois não implica contribuição sobre a receita operacional das prestadoras, o que acontece com o FUST e o FUNTTEL, e é formado majoritariamente pelo recolhimento de taxas de fiscalização e de multas impostas às prestadoras de serviços, além de dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.
- ❸ O FUST é destinado à cobertura de parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, e está voltado, entre outros objetivos, para a complementação de metas estabelecidas no PGMU, a implantação de acessos para a utilização de serviços de redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde, o fornecimento de acessos e equipamentos de interface a deficientes carentes e a telefonia rural.
- ❹ Na aplicação dos recursos do FUST, cabe ao Ministério das Comunicações formular políticas e diretrizes de aplicação, e à ANATEL cabe a definição, implementação e fiscalização dos programas, dos projetos e das atividades financiados com recursos do FUST, que deverão estar previstos na Lei Orçamentária Anual.
- ❺ O FUNTTEL foi instituído com o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações. Esse fundo é administrado por um conselho gestor e conta com a contribuição de 0,5% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, nos regimes público e privado.



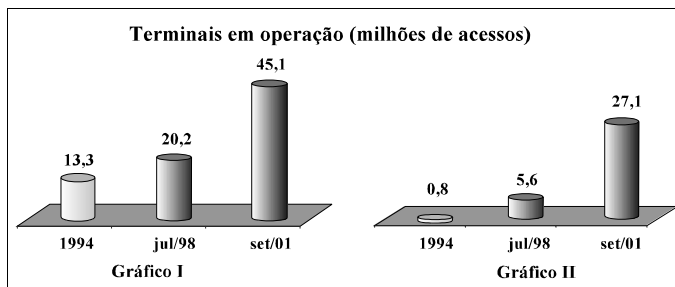
### A voz que vem da Internet

Os simpáticos sapos que falam ganharam fama divulgando uma nova tecnologia. É o portal de voz, um serviço que permite checar e enviar *e-mails* pelo telefone. Para conferir as mensagens que chegaram à sua caixa de entrada, o usuário liga para o serviço e uma voz sintetizada lê o conteúdo. Para enviar um *e-mail*, basta ditá-lo pelo telefone que o serviço se encarrega de fazer chegar ao destinatário — por voz ou por escrito. A novidade ainda requer aperfeiçoamentos. Não consegue, por exemplo, ler arquivos anexados. O serviço já lançado é o Vocall ([www.vocall.com.br](http://www.vocall.com.br)). Por enquanto é de graça, mas a partir de julho vai custar R\$ 6,50 por mês.

Gustavo Poloni. "Hipertexto". In: *Veja*, 30/5/2001 (com adaptações).

Com o auxílio do texto acima e com base na regulamentação brasileira específica, julgue os itens a seguir.

- ❶ O texto trata de um serviço que permite o acesso telefônico tradicional, dispensando o uso de computador, a um recurso disponível na Internet denominado correio eletrônico.
- ❷ O correio eletrônico fundamenta-se no envio de mensagem eletrônica, utilizando os protocolos TCP-IP, a um servidor de correio eletrônico identificado por um endereço eletrônico, permitindo a comunicação interativa e em tempo real entre usuários.
- ❸ O provimento dos serviços e das facilidades da Internet, no Brasil, enquadra-se na condição de serviço de valor adicionado previsto na LGT, não dependendo de concessão, permissão ou autorização por parte da ANATEL, mas submetendo-se o provedor às mesmas atividades de fiscalização da ANATEL aplicáveis aos prestadores de serviços de telecomunicações.
- ❹ Uma pessoa jurídica, independentemente de autorização da ANATEL, pode oferecer serviço de armazenamento e recuperação de informação na forma de voz ou escrito, a exemplo do *Vocall*, sendo-lhe assegurado o uso das redes de serviços de telecomunicações das prestadoras.
- ❺ O acesso telefônico, também denominado acesso discado, representa a forma mais popular de acesso aos serviços e às facilidades da Internet, devendo o usuário, para utilizá-lo, estar disposto a pagar, além dos valores aplicáveis à telefonia (relativos a disponibilidade e uso), os valores correspondentes aos respectivos serviços e facilidades fornecidos pelo provedor.



Os gráficos I e II acima representam a evolução das quantidades (em milhões) de terminais de acesso telefônico fixo e do serviço móvel em operação, respectivamente. Com auxílio desses gráficos e com base na regulamentação brasileira pertinente, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O serviço móvel celular, cuja planta instalada cresceu mais de quatro vezes após a privatização do sistema TELEBRÁS, utiliza a radiocomunicação no acesso, para permitir a mobilidade de seus usuários, e está interconectado à rede do serviço telefônico fixo comutado, para permitir a comunicação entre usuários de ambos os serviços e o completamento de chamadas de longa distância, como, por exemplo, das chamadas internacionais.
- ❷ O crescimento de mais de 100% na planta do STFC, verificado nos três anos posteriores à privatização do sistema TELEBRÁS, elevou a teledensidade do Brasil, em termos de telefonia fixa, para aproximadamente 27 terminais/100 habitantes, sendo conseqüência, entre outros fatores, do esforço empreendido pelas concessionárias do STFC para o cumprimento do PGMU e da autorização de empresas-espelho para atuação nas diferentes regiões do PGO.
- ❸ O crescimento da planta do serviço móvel celular verificado desde 1994, muito superior ao STFC, é atribuído aos menores custos de instalação e manutenção da plataforma *wireless* e, conseqüentemente, à prática de valores razoavelmente mais baratos para o usuário do que os da telefonia fixa, verificando-se uma tendência, a médio prazo, de equilíbrio entre as capilaridades de ambos os serviços.
- ❹ O STFC, com base na transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando técnica de transmissão em diferentes modos, até 64 kbit/s irrestrito, por meio de fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético.
- ❺ São definidas três modalidades para o STFC — local, longa distância nacional e longa distância internacional — sendo a utilização das duas últimas fundamentada na seleção da prestadora, chamada-a-chamada, com base em códigos específicos denominados códigos de seleção de prestadora.

**QUESTÃO 78**

A LGT fixou, entre outros direitos do usuário de serviços de telecomunicação, o de acesso aos serviços de telecomunicações, com padrões de qualidade e regularidade adequados à sua natureza, em qualquer ponto do território nacional. Com referência a esse tema e à regulamentação brasileira, julgue os itens abaixo.

- ❶ A ANATEL, por resolução do seu conselho diretor, publicou o Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (PGMQ), que estabelece as metas de qualidade somente para as prestadoras em regime público, às quais cabe, ainda, suportar todos os custos decorrentes do seu cumprimento.
- ❷ O PGMQ estabelece metas de qualidade referentes ao atendimento a solicitação de reparo e de mudança de endereços, telefonia de uso público, emissão de contas, atendimento telefônico e pessoal ao usuário, entre outros quesitos.
- ❸ Segundo o PGMQ, as tentativas de originar chamadas telefônicas locais e de longa distância, em cada período de maior movimento, deverão resultar em comunicação com o assinante chamado, em 65% dos casos, a partir de 31/12/2001.
- ❹ Conforme o PGMQ, toda e qualquer conta contestada pelo usuário deverá ter seu crédito restituído pela prestadora ou por terceiro por ela designado, antes da emissão da próxima conta.
- ❺ Caso um determinado usuário deixe de pagar sua conta telefônica no dia 30 de um determinado mês e a respectiva prestadora efetue a suspensão do serviço no dia 10 do mês subsequente, está caracterizada uma falha na prestação do serviço, devendo o usuário entrar em contato imediatamente com a ANATEL para que esta se encarregue da correção.

**QUESTÃO 79**

Entre os aspectos mais relevantes à prestação dos serviços de telecomunicações, destacam-se as condições de comercialização e, mais especialmente, os valores a serem pagos pelo usuário. A esse respeito, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Cabe à ANATEL estabelecer a estrutura tarifária para cada modalidade de serviço explorada no regime público, devendo as tarifas, no caso de outorga sem licitação, ser fixadas pela ANATEL e constar dos contratos de concessão.
- ❷ No caso dos serviços explorados no regime privado, não há qualquer restrição aos preços praticados pelas prestadoras, pois aplicam-se os princípios constitucionais da atividade econômica, estando assegurado que a liberdade é a regra.
- ❸ As atuais concessionárias do STFC, além de oferecer os planos básicos de serviço com estruturas tarifárias definidas pela ANATEL, podem oferecer os planos alternativos de serviço com preços por elas definidos.
- ❹ No caso das autorizadas do STFC, não há regras para os reajustes dos valores cobrados do usuário, ressalvado o intervalo mínimo de doze meses previsto na legislação.
- ❺ Vedado o uso de critérios subjetivos e o subsídio entre modalidades e usuários, é permitida a prática de descontos nos valores cobrados pela prestação do serviço telefônico comutado, sendo necessária, no caso das concessionárias, a aprovação prévia da ANATEL.

**QUESTÃO 80**

Sabendo que, em relação às tendências econômicas, o setor de telecomunicações é, ao mesmo tempo, altamente influenciador e influenciado, julgue os itens em seguida.

- ❶ Constitui fato de maior preponderância, para a atração de investimentos no setor, uma maior abertura para a participação do capital estrangeiro na prestação dos serviços de telecomunicações.
- ❷ A regulação plena dos serviços de telecomunicações depende cada vez mais da regulação de seus agentes econômicos e cada vez menos da regulamentação específica das condições de prestação de serviço, devendo-se, com base na prática observada nos países desenvolvidos, substituir as agências setoriais, como a ANATEL, por uma agência única voltada para a ordem econômica.
- ❸ Na medida em que se aperfeiçoa a competição na prestação dos serviços de telecomunicações, menos relevante torna-se a atuação do Estado para assegurar o acesso do conjunto da população aos mencionados serviços.
- ❹ No tocante às condições de prestação de serviços, é fundamental que o Estado busque assegurar, a todos os usuários, um padrão de qualidade único, não-discriminatório e de elevado nível em relação ao cenário internacional.
- ❺ A regulação dos serviços de telecomunicações deve, em nome do interesse público, potencializar todas as oportunidades de aumento na eficiência de exploração e de redução de custos para o usuário, verificando-se, no caso brasileiro, grandes possibilidades de ganhos não só com o avanço tecnológico-industrial mas também com fatores como educação, qualificação de recursos humanos e revisão da legislação tributária, entre outros.

# SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 10/3/2002

CARGO: **CONSULTOR LEGISLATIVO**

**ÁREA 2 – COMUNICAÇÕES E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

## SEGUNDA ETAPA – PARTE II – PROVA DISCURSIVA

Nos textos a seguir, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados textos escritos em locais indevidos**. Obedeça, em cada um, os limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão além da mínima estabelecida será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima será desconsiderado.

**ATENÇÃO!** Nas FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### Texto 5 – Parecer

O cenário brasileiro de Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs) apresentou mudanças radicais nos últimos anos. Muito disso se deve à oferta de inovações tecnológicas em escala cada vez mais significativa para a sociedade em geral. Em paralelo, aconteceram mudanças substanciais na estrutura de regulamentação, tais como quebra de monopólio, privatização em várias áreas, novos usos e oportunidades de ofertas de serviços e produtos, ou seja, oportunidades de novos negócios. Um novo arcabouço legislativo foi então estruturado pela sociedade brasileira, por meio das casas legislativas, do Poder Executivo e dos atores econômicos. Entre elas, pode-se citar a Lei Geral de Telecomunicações, de 1997, a Lei de Informática e os fundos setoriais, como o FUNTTEL. Nesse contexto, determinado grupo empresarial com forte atuação na área de TIC está implantando-se no país. Seu planejamento estratégico de longo prazo prevê a atuação no mercado nacional de TICs em todas as áreas que a legislação nacional permitir, aproveitando os nichos de mercado que a convergência tecnológica disponibiliza: multimídia, Internet, serviços de voz e dados conjugados, difusão da informação etc.

Em face da situação hipotética acima apresentada, redija um parecer, à luz da legislação atual, esclarecendo ao conselho administrativo do referido grupo empresarial e às autoridades competentes quais as áreas, os serviços e os produtos em que a atuação da empresa poderá dar-se sem entrar em conflito com a legislação vigente. Para tanto, considere as orientações a seguir.

- ▶ Discorra sobre as possibilidades de conflito ou não que o referido grupo empresarial encontrará, se resolver atuar, ao mesmo tempo, em TV por assinatura, radiodifusão comercial e comunitária.
- ▶ Mencione as condições em que poderá ocorrer a oferta de serviços via Internet, tais como serviços de voz e dados.
- ▶ Observando que, como forma de ampliar a ação do grupo empresarial, o planejamento também preveja a atuação na oferta de serviços públicos de telecomunicações, analise as possíveis formas de o grupo entrar nessa área, de acordo com a legislação vigente.
- ▶ Apresente as condições de composição acionária para a atuação em TV, radiodifusão e serviços públicos.
- ▶ Tendo em vista que parte do investimento dar-se-á na fabricação (industrialização) de produtos no território brasileiro, determine como o grupo empresarial poderá beneficiar-se das leis de incentivos em vigor para a área.

(extensão: mínima de 70 e máxima de 90 linhas)  
(valor: vinte pontos)

## Texto 6 – Questão dissertativa

---

O novo modelo brasileiro para o setor de telecomunicações, ainda em construção, focou as necessidades e direitos do cidadão, levando em conta a competição entre os ofertantes de produtos e serviços; o princípio da operação por empresas privadas; a regulamentação voltada aos usuários; o controle da concessão; as metas fixadas em contrato; a definição de penalidades para o descumprimento dos contratos e o prazo fixo de concessão. As maiores dificuldades já detectadas para a regulação passam por preservação da competição, universalização e continuidade dos serviços, direito dos usuários e certificação ou normalização dos produtos ofertados. Com base nessa realidade, redija um texto dissertativo acerca do referido modelo, considerando os seguintes aspectos:

- ▶ comparação entre o modelo brasileiro de regulação e os modelos americano e europeu;
- ▶ funções e possíveis conflitos entre a ANATEL e o Ministério das Comunicações na definição de diversos aspectos do setor de telecomunicações;
- ▶ relação entre o direito dos consumidores e dos prestadores de serviços, de acordo com o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor;
- ▶ a radiodifusão e o papel da ANATEL e do Ministério das Comunicações;
- ▶ necessidade ou não de legislação para a área de certificação e normalização de produtos para o setor;
- ▶ a universalização dos serviços e o papel do FUST;
- ▶ a preservação e o incentivo à indústria brasileira e ao desenvolvimento tecnológico sustentável para o setor: o papel do FUNTTEL;
- ▶ o regime de concorrência plena: sua implantação e seus desafios.

**(extensão: mínima de 70 e máxima de 90 linhas)**  
**(valor: vinte pontos)**

---